

DEPOIS DA AGENDA DA INOVAÇÃO, MARIA DO CÉU ANTUNES APRESENTOU EM NELAS A REDE DE INOVAÇÃO DA AGRICULTURA 20/30

Agenda de Inovação para a Agricultura 20/30 "não tem um orçamento"

Págs. II e III



Entrevista

Reserva qualitativa "foi perversamente usada" em detrimento dos produtores do Douro

Pág. IV e V

Destques

Federação das Associações de Suinicultores "não foi consultada" para a Estratégia dos Efluentes Agropecuários

Págs. VI e VII

MAR 2020 com execução de 43,9%

Pág. VIII

DEPOIS DA AGENDA DA INOVAÇÃO, MARIA DO CÉU ANTUNES APRESENTOU EM NELAS A REDE DE INOVAÇÃO DA AGRICULTURA 20|30

Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 “não tem um orçamento”

“Esta Agenda [da Inovação para a Agricultura 2030] não tem um orçamento. Esta é a grande novidade. A grande inovação deste instrumento de planeamento é que está dissociado dos instrumentos financeiros”, garante a ministra da Agricultura.

Questionada pela “Vida Económica”, Maria do Céu Antunes, que na última semana apresentou em Nelas a Rede de Inovação, composta por 24 polos distribuídos por todo o país, explica: “Aqui é diferente. Nós sabemos quais são os objetivos a que nos propomos chegar e o que queremos é que este instrumento possa aproveitar não só os fundos atuais da Política Agrícola Comum, assim como as verbas do próximo quadro” comunitário de apoio (QCA 2021-2027). E o plano estratégico da PAC (PEPAC) “vai encaixar dentro desta Agenda”.



Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Sociedade (alimentação, saúde e bem-estar). Território (proteção do planeta e dos recursos naturais; ação climática; valorização dos recursos endógenos; inclusão social e coesão territorial). Cadeia de Valor (inovação, competitividade e mais rendimento). Estado (apoia a agricultura, os produtores e promove o desenvolvimento).

Eis os quatro pilares da Agenda de Inovação para a Agricultura 2030, sob a insígnia “Terra Futura”, que a ministra da Agricultura anda a divulgar pelo país. A par disso, apresentou em Nelas, na última semana, a Rede de Inovação da Agenda de Inovação da Agricultura 20|30.

Há cinco intenções estratégicas na nova Agenda da Inovação 2030 – “mais saúde, mais inclusão, mais rendimentos, mais futuro, mais conhecimento” – e cinco metas a alcançar nos próximos 10 anos. São elas: aumentar em 20% o nível de adesão à Dieta Mediterrânica; Instalar 80% dos novos jovens agricultores em territórios de baixa densidade; Aumentar em 15% o valor da produção agroalimentar; Mais de metade da área agrícola em regimes de produção sustentável reconhecidos; Aumentar em 60% o investimento em investigação e desenvolvimento.

“Esta Agenda não tem um orçamento”

A “Vida Económica” questionou Maria do Céu Antunes, durante um evento com jornalistas, em Lisboa, sobre qual é o orçamento subjacente à implementação destas medidas, tendo em conta que estamos a falar de um horizonte temporal de 10 anos, que abarca, para além da atual, mais duas legislaturas.

A ministra da Agricultura foi taxativa:

que sai do Orçamento do Estado é muito grande. Portanto, aquilo que queremos é focarmo-nos numa estratégia de médio e longo prazo, a 10 anos, que vai muito para além de eu dizer que vai custar um milhão, dois milhões, 10 milhões, 100 milhões. Não. Este é um instrumento estratégico que tem uma meta e agora o que temos de ser capazes é de convocar os recursos financeiros, técnicos para poder implementar e desenvolver esta agenda”.

Quanto é 80% dos novos jovens agricultores até 2030? “Não tenho resposta”, diz a ministra da Agricultura

A “Vida Económica” também perguntou à ministra da Agricultura nesse evento quantos novos jovens agricultores quer instalar nos próximos 10 anos, de modo a perceber-se quanto representa os 80% dos novos jovens agricultores que o Governo quer instalar em territórios de baixa densidade até 2030. Maria do Céu Antunes é lacónica. “As contas que nós fizemos têm por base os dados anteriores. No entanto, nós queremos ir muito mais longe do que fomos até aqui. Toda esta estratégia assenta não só no pilar Sociedade como no pilar Rendimento, como o próprio Estado quer aqui criar condições para que mais jovens possam prosseguir a atividade agrícola e, com isso, posso dizer, no interior do país”.

A “Vida Económica” insistiu, no sentido de perceber se estamos a falar de 80%, de 100, 80% de 1000 ou 80% 10 mil novos jovens agricultores a instalar até 2030, no sentido de saber quantos novos jovens agricultores deverão ser instalados nas regiões de baixa densidade, mas a ministra não concretizou.

“Eu gostava de ter uma resposta para si, mas não tenho. E não tenho pelo se-

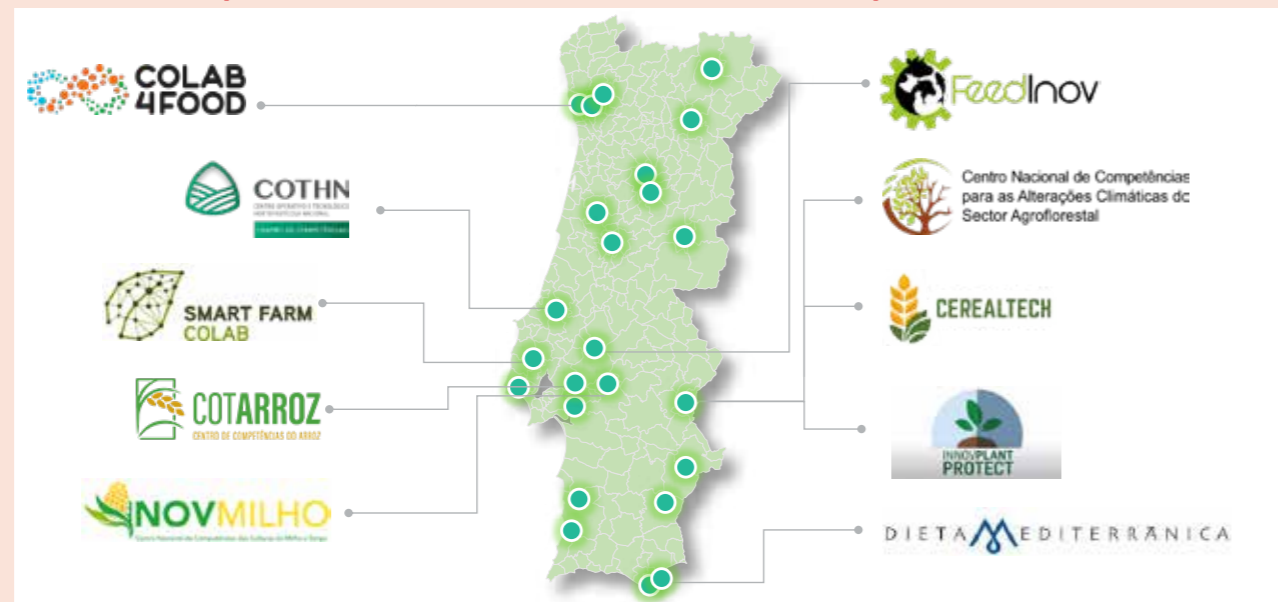
“Esta Agenda não tem um orçamento. Esta é a grande novidade. A grande inovação deste instrumento de planeamento é que está dissociado dos instrumentos financeiros”.

A governante explica que, em Portugal, “estamos habituados a planear quando temos um orçamento e o planeamento estratégico está sempre associado aos instrumentos financeiros que estão disponíveis. Aqui é diferente. Este [a Agenda da Inovação 2030] é um instrumento de planeamento, nós sabemos para onde queremos ir, quais são os objetivos a que nos propomos chegar e, nesta altura, o que nós queremos é que este instrumento possa aproveitar não só os fundos atuais da Política Agrícola Comum, assim como também canalizar

verbas do próximo [quadro comunitário de apoio 2021-2027] para fazer face às nossas necessidades. E o próximo plano estratégico da PAC [PEPAC] vai encaixar dentro desta Agenda”.

Por outro lado, diz Maria do Céu Antunes, “temos de ser capazes de utilizar outros fundos, sejam eles nacionais, sejam eles internacionais, para materializar aquilo a que nos propomos. O que é que quero dizer com isto? Por exemplo, os fundos da Coesão. Por exemplo, o Fundo de Recuperação Económica. Por exemplo, o fundo Horizonte Europa, que é gerido a partir de Bruxelas. Assim como o Orçamento do Estado, que é um veículo de financiamento muito importante, do ponto de vista da agricultura, porque a contrapartida pública nacional

Articulação com laboratórios colaborativos, universidades, politécnicos e centros de competências



FONTE: Ministério da Agricultura.

guinte: porque é impossível eu conseguir antever quantos jovens é que vamos conseguir atrair para a atividade agrícola, que montem o seu negócio. Agora, aquilo que eu sei é que esta Agenda quer é que, com base em iniciativas emblemáticas, com base nas linhas de ação e nos instrumentos que vamos pôr ao serviço, mais jovens, em 10 anos, possam instalar-se e fazer da atividade agrícola a sua atividade profissional e, com base nisso, 80% escolham territórios de baixa densidade. E isto tem a ver com o que for o sucesso desta Agenda, nesta dimensão”.

29,8 mil milhões de euros do QCA 2021-2027 mais 15 mil milhões do fundo de recuperação europeu

Mais tarde, via email, Maria do Céu Antunes clarificou a informação avançada à “Vida Económica”, explicando que “o PEES (Programa de Estabilização Económica e Social) apresenta, entre outras, uma medida de apoio à instalação de jovens agricultores no interior do país”. Está previsto que o apoio ao respetivo investimento na exploração agrícola seja “no valor de 10 milhões de euros, a abrir no último trimestre do ano, no âmbito do PDR2020”, sendo que “este é o início do cumprimento desta medida que, tal como a agenda, tem um objetivo a 10 anos”, respondeu a governante.

A ministra da Agricultura lembrou ainda que, não existindo ainda, “a esta data, montantes especificamente alocados à Agenda de Inovação para a Agricultura 2030”, no âmbito do fundo de recuperação europeu (Next Generation EU), “o montante de subvenções, atribuíveis a Portugal, entre 2021 e 2026, poderá atingir os 15 mil milhões de euros, aos quais acrescem 29,8 mil milhões previstos no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027)”.

Responder aos grandes desafios do setor agroalimentar

A ministra Maria do Céu Antunes não se cansa de dizer que a Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 é o plano estratégico de inovação para a Agricultura a 10 anos. Tem como insígnia a expressão “Terra Futura” e como propósito “fazer crescer a agricultura, de forma sustentável e baseada na inovação”.

E isso só será possível, diz a governante, assente em quatro pilares – sociedade, território, cadeia de valor, Estado – e “defendendo uma sociedade mais consciente da sua alimentação e bem-estar, protegendo o planeta e valorizando os recursos naturais, apostando numa cadeia de valor inovadora e competitiva e contando com um Estado que promove o seu desenvolvimento.

A Agenda, diz a ministra, procura responder aos grandes desafios do setor agroalimentar. Quer, por isso, “aumentar a produtividade agrícola e reduzir o défice da balança agroalimentar; responder ao desafio das alterações climáticas, reduzir o consumo de adubos e de energia, incrementar a proteção biológica das plantas, proteger a biodiversidade e os solos; assegurar uma nutrição equilibrada e reduzir as doenças crónicas associadas às dietas não apropriadas.

15 “INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS” DA AGENDA DA INOVAÇÃO 2030

1 ALIMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL: valorizar e estimular o consumo de produtos endógenos, garantindo a autenticidade e promovendo a confiança dos consumidores (eg. promover os circuitos curtos e os mercados locais; alteração do regime de contratos públicos para promover o consumo de produtos locais na restauração coletiva; ações de informação e educação para combater o desperdício alimentar).

2 UMA SÓ SAÚDE: promover a saúde animal e a sanidade vegetal, visando a promoção do bem-estar da população (eg. desenvolver aplicações para a avaliação remota de indicadores de saúde humana, saúde animal, fitossanidade e higiene ambiental; harmonizar abordagens metodológicas e sistemas epidemiológicos de vigilância).

3 MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa (GEE) produzidos pela atividade agrícola (reduzir emissões e promover o sequestro de carbono) (eg. desenvolver e adotar sistemas de gestão de estrumes e chorumes que sejam menos emissores de GEE; reduzir a aplicação de adubos azotados e incrementar a aplicação de matéria orgânica no solo).

4 ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: aumentar a resiliência e a capacidade de adaptação às alterações climáticas (eg. desenvolver modelos preditivos e elaborar cartas de risco; promover o pastoreio extensivo em terras sem aptidão agrícola; incrementar a capacidade de armazenamento, distribuição e gestão eficiente da água, nomeadamente para o abeberamento de animais).

5 AGRICULTURA CIRCULAR: reduzir a pressão extrativa da atividade agrícola e os custos de eliminação de resíduos, transformando-os em subprodutos (eg. promover a compostagem dos bagaços de azeitona; promover soluções integradas de tratamento de efluentes pecuários associados à recuperação de biogás).

6 TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS: promover o uso sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas (eg. aumentar a área de produção biológica, de agricultura de conservação e da agroecologia; desenvolver e adotar práticas integradas e ecológicas de proteção das plantas que permitam reduzir o uso e o risco dos pesticidas; promover a agricultura e infraestruturas ecológicas nos campos agrícolas; promover a plantação e cultivo de variedades regionais de plantas).

7 REVITALIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS: promover a atratividade dos territórios rurais (eg. melhorar os instrumentos de apoio à renovação geracional; apoiar o desenvolvimento de plataformas de comercialização e de redes de cooperação que facilitem o acesso aos mercados de venda de bens agrícolas; incentivar a diversidade das atividades económicas em meios rurais, nomeadamente de serviços ligados à agricultura).

8 Agricultura 4.0: promover a transformação digital do setor agroalimentar (eg. adotar novas tecnologias que promovam o desenvolvimento da agricultura de precisão; apoiar e divulgar os “Digital Innovation Hubs”; explorar as potencialidades da deteção remota e de proximidade (sensores no solo ou nas plantas); capacitação em agricultura 4.0 e literacia digital).

9 PROMOÇÃO DOS PRODUTOS AGROALIMENTARES PORTUGUESES: valorizar os produtos agroalimentares portugueses, substituindo as importações e aumentando as exportações (eg. implementar estratégias comuns de comercialização e marketing de produtos agroalimentares e outros setores da atividade económica; desenvolvimento de novos produtos e conceitos para mercados específicos).

10 EXCELÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: reforçar a posição dos agricultores na cadeia de valor (eg. criação de fundos mutualistas na agricultura; promover organizações de nível superior, como sejam as interprofissionais ou organizações de produtores de segundo nível; reconhecer modelos inovadores de organização de produtores adequados à pequena agricultura familiar e multiprodutos).

11 TRANSIÇÃO AGROENERGÉTICA: descarbonizar o setor agroalimentar e reduzir os custos com a energia (eg. fomentar a eficiência energética e a participação dos agricultores nas comunidades de energia; implementar os direitos consagrados no Estatuto da Agricultura Familiar, nomeadamente a utilização de energia com base em fontes de produção renováveis), sendo muito relevante para o rendimento dos agricultores e para a competitividade do setor agrícola.

12 PROMOÇÃO DA INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E CAPACITAÇÃO: para que a inovação seja o motor de transformação da agricultura e alimentação (eg. estabelecer as linhas orientadoras da investigação e inovação na agricultura e alimentação no período 2020-2030; promover o reforço das qualificações de técnicos e produtores; promover redes de demonstração, coaching e grupos de aprendizagem).

13 REDE DE INOVAÇÃO: reforçar o ecossistema de inovação na agricultura e alimentação, de forma a responder às medidas definidas nas orientações estratégicas, desde as atividades de conservação e valorização das variedades regionais e raças autóctones até à dinamização da criação de uma rede de incubadoras de empresas de base rural.

14 PORTAL ÚNICO DA AGRICULTURA: agilizar e simplificar a relação do agricultor, dos cidadãos, das empresas e de outros agentes económicos com a Administração Pública, designadamente com os serviços prestados pelos organismos tutelados pela área governativa da Agricultura.

15 REORGANIZA: simplificar, reorganizar procedimentos e acelerar a transição digital nos organismos do Ministério da Agricultura, de forma a aumentar a eficiência dos serviços e melhorar as respostas aos cidadãos, aos agricultores e às empresas.

“Presidente da Casa do Douro não pode estar como representante da produção e do comércio”

Ao cabo de cinco anos a assistir a uma “Direção que nunca se aproximou dos seus associados e, inclusivamente, até se afastou, exercendo um mandato isolado dos seus federados”, o vice-presidente da Casa do Douro – Federação Renovação do Douro (CD-FRD) apresentou a demissão. Denuncia “o estado calamitoso” a que chegou a instituição e acusa o presidente, António Lencastre, de “conflito de interesses”.

Em entrevista à “Vida Económica”, Miguel Anaya não tem dúvidas: “Ele não pode estar como vice-presidente do Conselho Interprofissional [do IVDP] em representação da produção e, ao mesmo tempo, ser presidente do conselho de administração de uma das maiores empresas que integra o comércio, que é a AIEPV [Associação das Empresas de Vinho do Porto].”

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Miguel Anaya, vice-presidente demissionário da Casa do Douro – Federação Renovação do Douro (CD-FRD).

Vida Económica – Apresentou a demissão de vogal da CD-FRN, estrutura na qual assumia as funções de vice-presidente, invocando razões não só de descontentamento mas de crítica ao funcionamento interno, dizendo que “a Direção nunca se aproximou dos seus associados e, inclusivamente, até se afastou, exercendo um mandato isolado dos seus federados”. Os seus federados, entenda-se, produtores da Região Demarcada do Douro?

Miguel Anaya – É verdade. A Federação, embora seja legalmente uma associação, engloba cerca de 30 federados, entre cooperativas e associações, todas da Região Demarcada do Douro. Mas essas cooperativas e associações têm, por seu lado, os seus próprios associados, na sua maioria pequenos agricultores, que têm um, dois, três hectares, que são, no fundo, aqueles que constituem a matriz do Douro.

VE – E esta Direção, este tempo todo, esteve afastada destes produtores?

MA – Sistematicamente. Eu consegui fazer aprovar [um documento] em duas assembleias gerais – que foi votado favoravelmente e que devia ter sido implementado pela Direção, mas nunca foi – em que se programava uma série de contactos com os agricultores ao longo dos anos, com deslocações aos concelhos, às freguesias, às sedes das cooperativas, onde iríamos contactar não só com os seus diretores, mas com os seus associados, para encontrarmos um mo-

delo de comportamento que integrasse as aspirações dessas pessoas. Nunca se conseguiu fazer isso. Foi sempre boicotada essa intenção. Nunca conseguimos levar a Casa do Douro, a Federação, às suas bases. O que, obviamente, levou a um afastamento que não mais era tolerável.

VE – E os produtores da RDD manifestaram algum descontentamento por causa disso?

MA – Os nossos federados, sim. Nomeadamente, as associações e as cooperativas, sim, ao ponto de se recusarem a pagar as quotas da Federação, levando-a ao estado calamitoso em que está. Mas os pequenos agricultores acabam por exprimir a sua revolta por omissão. Ou seja, eles não sabem quem nós somos. Não sabem quem sou eu, quem é o engenheiro Lencastre, o que é a Federação, nem o que ela faz. Por culpa nossa, de não conseguirmos descer ao nível do pequeno agricultor, conversar com ele, na sua linguagem, tentar perceber quais são as suas aspirações. Por futeis que sejam. Temos de ouvir toda a gente e tentar integrar as coisas dentro do desiderato comum. E esse pequeno agricultor/associado da cooperativa não nos conhece. Pura e simplesmente, não faz ideia de quem nós somos, o que é lamentável ao fim de cinco anos.

VE – Na carta de demissão fala, entre outras coisas, da situação financeira da CD/FRN, com quotas em atraso, dívidas a fornecedores e salários em

gamento, que ocorreu em 2015, 2016 e 2017, em 2018, 2019, e agora em 2020 não vai haver esses pagamentos. A dívida foi crescendo. Fomos gerindo a situação fazendo o mínimo de despesa possível, mas, entretanto, as coisas acumularam-se e estamos em dívida com esse valor.

VE – Qual é o valor da dívida?

MA – Temos neste momento um valor [de dívida] que se aproxima e que eventualmente até ultrapassará os 100 mil euros. Mas é uma situação económica que, com a nova Direção que saía deste processo eleitoral e de transformação, temos garantias, que eu não posso já declarar quais são, porque só se concretizarão com uma reforma da Direção e da maneira de estar da Federação, de que esse valor irá imediatamente para a posse da Federação, para que possa exercer a sua atividade.

VE – Tem referido que o presidente da CD/FRD, António Lencastre, ocupa uma dupla função de representante da produção, como presidente da Casa do Douro, e de produtor/engarafador [é presidente da adegas cooperativa Caves Vale do Rodó].

MA – O facto de ser produtor é bom que assim seja. E ele, de facto, é produtor. Só que, paralelamente...

VE – Mas há alguma incompatibilidade?

MA – Há. Não necessariamente ao nível da Direção da Cooperativa, porque, independentemente do que possa assacar ao engenheiro Lencastre, eu tenho de lhe fazer a justiça de sempre o ter visto como homem interessado em resolver problemas. Só que acaba por ser muito submisso à Associação [das Empresas] Exportadoras de Vinho do Porto [AEVP], da qual a empresa da qual é presidente do Conselho de Administração também faz parte. Isto, da parte da Federação [Renovação do Douro], desde que não prejudique os agricultores e se omita mais do que aquilo que age contra os produtores, o que tem sido um facto – exceto este ano, com a Reserva Qualitativa –, ele nunca foi prejudicial aos agricultores. Mas o que é facto é que, ao nível do Conselho Interprofissional, eu sempre o avisei que ele estava numa posição impossível. Porque ele não pode estar como vice-presidente do Interprofissional em representação da produção e, ao mesmo tempo, ser presidente do conselho de administração de uma das maiores empresas que integra o comércio, que é a AIEPV, que está do outro lado. Ou seja, há ali uma clara incompatibilidade, um conflito de interesses que este ano se tornou claramente latente. O que poderia levar, um dia, se alguém quiser enveredar por aí, à anulação das decisões do Conselho Interprofissional [do IVDP], porque ele não pode estar nessa dupla função sem declarar essa incompatibilidade.

VE – Quanto era esse montante?

MA – É um montante que deveria ter ascendido, por decisão do Conselho Interprofissional [do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto - IVDP], a cerca de 500 mil euros por ano. Ou seja, metade das taxas que são pagas pelos agricultores, mas que, por força de contingências adversas, criadas pelo próprio IVDP e de que não quis abdicar, se resumiu a cerca de 60 a 65 mil euros por ano. Um valor irrisório, portanto.

VE – E essa verba esgotou-se?

MA – Essa verba esgotava-se ano a ano, com os trabalhadores, com as despesas. Era uma verba minimamente necessária para aquela casa funcionar. E esgotava-se ano a ano. E a partir do momento em que deixou de existir esse pa-

VE – E há intenção de alguém, até sua, de o fazer?

MA – Eu tenho reservas muito gran-

des quanto a isso. Eu gostaria de o fazer. Aliás, tenho várias cooperativas e produtores que estão a ser prejudicados que querem fazê-lo. Mas temos de olhar para isto com muita cautela. Temos de encontrar um equilíbrio entre aquilo que é a defesa dos interesses dos viticultores e a defesa dos interesses da região. Ninguém pode negar que há um grande azedume contra os privilégios da Região Demarcada do

Douro, nomeadamente a atribuição do benefício. Não é novidade para ninguém – alguns membros de conselhos de administração de grandes entidades produtoras têm defendido isso – que há gente, comerciantes, exportadores, na Região Demarcada do Douro, que querem acabar com benefício. Entendem que o mercado deve ser livre, que as uvas devem ser compradas ao preço o mais baixo possível. E não é só com

o benefício. Querem acabar com as regras todas, por exemplo, com a pipa negociada que é paga a um preço minimamente justo ao agricultor. E querem também acabar com a obrigação de vinificar e engarrafar no Douro. Querem acabar com estas restrições. Mesmo ao nível da Comissão Europeia.

VE – Que opinião tem sobre isso?

MA – Eu entendo que, infelizmente,

o benefício é a única garantia de um pagamento minimamente adequado às uvas aos agricultores. Desaparecendo o benefício, eles acabariam por vender as uvas compradas a um preço miserável. Tirando-lhes isso, tira-se-lhes a válvula de escape que permite um mínimo de remuneração pelas uvas, até pelos custos de produção na região, que são enormes e que ninguém quer

Reserva qualitativa “foi perversamente usada” em detrimento dos produtores do Douro

“A reserva qualitativa vai ser uma retirada forçada aos produtores” e “vai passar tudo para as mãos do comércio. Tenho a certeza absoluta que muitas empresas exportadoras vão fazer o negócio da vida delas, no sentido de ficarem com a reserva qualitativa, já paga a 500 euros, subsidiada pelo próprio dinheiro dos agricultores que estava cativado em Lisboa”. Nesta entrevista, Miguel Anaya até concede que o Governo esteve “de boa-fé” ao criar a reserva qualitativa para a Região Demarcada do Douro, mas lança um forte alerta a todo o setor: “Vai haver uma capacidade de os comerciantes beneficiarem à força, usando as contingências que a região atravessa, dessa reserva qualitativa”. E garante que vai pedir contas ao Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP).

[AEVP] e disse: ‘esta é a posição unânime da produção e do comércio para a reserva qualitativa’. Nós olhámos para a portaria e dissemos: ‘não, não é’. A partir daí, o engenheiro Lencastre abandonou a discussão conosco e foi discuti-la apenas com os membros do Interprofissional, que o entendem melhor. Não houve mais discussão e a portaria acabou por ser aprovada nos termos em que está. Eu não sou contra a reserva qualitativa, mas ela acabou por se revelar um instrumento fatal para a produção.

VE – Porque é que diz isso?

MA – Neste momento, ao que se assiste no Douro é a isto: supostamente, a reserva qualitativa era para o produtor ou para um grupo de produtores associados numa determinada instituição, comercial ou não, ou numa cooperativa, poderem ficar com essa reserva, que estava subsidiada em 500 euros pelo Orçamento do Estado ou pelas taxas de produção que estavam cativadas nas Finanças, para, ao longo do período em que tem de ficar guardada, ir sendo gradualmente libertada e terem a capacidade de vender depois essa reserva por um preço que fosse generoso e lhes permitisse realizar algum dinheiro. Mas, obviamente, desde o início – e tenho a certeza que esta estratégia do comércio estava delineada mesmo antes de irem para o Interprofissional e não acredito que o engenheiro Lencastre não soubesse, porque ele faz parte dessa estrutura que analisa estas situações ao nível da AIEPV – os comerciantes acabaram por se apoderar. E, durante a campanha, tenho a certeza, apoderar-se-ão da maior parte da reserva qualitativa.

VE – Quando diz apoderar-se, quer dizer o quê?

MA – Quero dizer que é uma chantagem para que os comerciantes se lucifrem com essa reserva qualitativa. E digo como. Eu tenho notícias de cooperativas – e é fácil provar isso – que, quando vão vender o produto vinificado do Douro ou fazem todos os anos e este lhes é pago, essa entidade diz: ‘sim senhor, eu compro-te, mas todos tens de me incluir nessa reserva qualitativa’. E todos estão a sucumbir a essa exigência. Portanto, vai ser uma retirada

forçada aos produtores, nomeadamente, da reserva qualitativa e dos direitos e potencialidades de negociação que daí advinham. E vai passar tudo para as mãos do comércio. E eu duvido que, este ano, os comerciantes, fiados nessa reserva qualitativa, cumpram sequer a indicação de venda com que se comprometeram para o benefício normal do ano, que foram 92 mil pipas. Porque eu sei que eles estão a restringir imenso a aquisição de vinho do Porto, porque também têm as contingências deles.

Mas atenção, logo que uma nova Direção tome conta da Casa do Douro e se seu fizer parte dela ou, mesmo não fazendo parte dela, possa ter outra forma de defender os interesses dos agricultores, vou pedir ao IVDP, no final da campanha, que nos dê todos os dados da aquisição desse vinho, para saber quem é que comprou e quem é ficou com ele. Porque tenho a certeza absoluta que muitas empresas exportadoras vão fazer o negócio da vida delas, no sentido de ficarem com a reserva qualitativa, já paga a 500 euros, subsidiada pelo próprio dinheiro dos agricultores que estava cativado em Lisboa. E, eventualmente – também tenho notícias disso e veremos no final quando o IVDP tiver libertado os números –, vão chegar ao pé dos agricultores e vão dizer: ‘eu fico com a reserva qualitativa, mas não pago 900 ou 1000 euros que devia pagar, primeiro porque já estão pagos 500 euros, mas mesmo esses 500 eu não tos pago, porque eu infelizmente estou sujeito a ficar com o vinho cinco, seis, sete, oito anos sem o poder vender, tenho uma obrigação de conservação e não te vou pagar tudo’.

VE – Vai haver chantagem, é isso?

MA – Chantagem é a aquisição forçada do vinho como condição para adquirir o benefício comum. Mas vai haver uma capacidade de os comerciantes se lucifrem, de beneficiarem, para ser simpático, de beneficiarem à força, usando as contingências que a região atravessa, dessa reserva qualitativa. Mas, atenção. E disso eu não abdicó. Esta nova Casa do Douro ou, eventualmente, alguém isoladamente, no final desta campanha, irá exigir que sejam libertados os dados para saber quem é que beneficiou. Por-

que estamos a falar de cinco milhões de euros, que, divididos por cinco, seis, sete, oito empresas, dá...

VE – Um milhão a cada?

MA – Cerca de um milhão a cada uma. E, se o IVDP não quiser dar esses dados, nós vamos exigí-los judicialmente. E, aí, vamos exigir aqueles que abusaram dos produtores durante este período que sejam obrigados a repor aquilo de que indevidamente beneficiaram.

VE – Deu conhecimento da sua demissão ao presidente do IVDP, Gilberto Igrejas?

MA – Sim, tive oportunidade de falar com ele, mandei-lhe também a carta de demissão. Eu tenho de fazer aqui um ponto de ordem. Eu entendo que o doutor Gilberto Igrejas [presidente do IVDP], a ministra da Agricultura [Maria do Céu Antunes], o secretário de Estado [da Agricultura, Nuno Russo] e a maior parte dos membros do Interprofissional da produção estão de perfeita boa-fé nisso. Tenho a convicção de que acreditavam piamente – até porque acompanhei o processo ao longo destes meses – que estavam a beneficiar os agricultores e que ia ser bom para eles. Só que o comércio já estava perfeitamente industrializado para, de forma homogênea, agir no sentido de se apropriar deste benefício indevido deste ano 2020.

VE – Então, uma boa intenção poderá derivar em algo perverso?

MA – É perverso. Foi perversamente usado em benefício de quem não precisava desse benefício e em detrimento daqueles para quem a portaria [que instituiu a reserva qualitativa] foi criada. E isto vai criar um problema mais grave nos próximos anos, porque esta reserva qualitativa [e na portaria que a instituiu] tem lá uma válvula de escape a dizer que se tem de guardar [o vinho] durante três anos e libertar gradualmente nos outros sete, até ao limite de 10, mas, se uma maioria qualificada do Interprofissional deliberar que pode ser libertado antes, pode ser libertado antes. E eu não tenho dúvidas nenhuma que essa válvula foi criada exatamente para que esse vinho venha todo para o mercado muito antes dos 10 anos.

Carta de Sustentabilidade da FEFAC 2030 é "um marco" na indústria europeia de alimentos para animais

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

"Apreciamos muito o diálogo aberto com os nossos parceiros na cadeia de valor e autoridades públicas, que estão dispostos a ajudar a indústria europeia de alimentos para animais na definição das prioridades certas, permitindo-lhe explorar plenamente os seus conhecimentos como líder global em soluções inovadoras de nutrição animal para apoiar os nossos clientes pecuários".

A afirmação é do presidente da FEFAC - Federação Europeia dos Fabricantes de Alimentos (European Feed Manufacturers' Federation, em inglês), Asbjørn Børsting, na abertura do XXIX Congresso da FEFAC, que decorreu a 25 de setembro. afirmou, aliás, que "a Carta de Sustentabilidade da FEFAC 2030 é um marco neste processo, elevando a fasquia para um nível mais elevado".

O XXIX Congresso da FEFAC aconteceu pela primeira vez como uma sessão totalmente digital, em parceria com a BFA, a congénere belga da portuguesa IACA - Associação dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais.

O evento teve como tema central "O roteiro para um setor da alimentação ani-



mal e da pecuária neutra em carbono" e apresentou aos congressistas e a todo o sector a sua 'Carta de Sustentabilidade dos Alimentos para Animais 2030'. O objetivo, dizem, é "fornecer à indústria da União Europeia uma resposta aos objetivos do 'Green Deal', que afetam a produção de alimentos para animais e de produção pecuária da União Europeia".

Essa Carta de Sustentabilidade, que foi assinada pela IACA, inclui cinco ambições que abordam objetivos específicos relacionados com o Pacto Ecológico Europeu.

A primeira, prende-se com as alterações climáticas e a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) através da promoção da utilização do

'PEFCR Feed' e da 'Base de Dados GFLI' (medição pegada ambiental).

A segunda, está relacionado com a economia circular e com o aumento da utilização de coprodutos e alimentos para animais não comestíveis.

A terceira ambição tem a ver com a biodiversidade e com a modernização das orientações de abastecimento de soja da FEFAC para "facilitar a transição para cadeias responsáveis e sem desflorestação no fornecimento de soja".

Uma quarta ambição fala de sistemas alimentares sustentáveis, com vista à otimização da eficiência dos nutrientes.

A quinta e última ambição está relacionada com a resistência antimicrobiana e com soluções de nutrição animal para apoiar a saúde e bem-estar animal.

Publicação anual de relatórios de progresso

Diz a organização que a Carta de Sustentabilidade apresentada no XXIX Congresso da FEFAC prevê "ações concretas do setor dos alimentos para animais a nível da UE e a nível nacional, com soluções de nutrição animal que podem ajudar a aumentar a sustentabilidade das explorações pecuária". Destinam-se a

"dar respostas significativas às expectativas crescentes do mercado, bem como a aumentar as exigências sociais na UE e a nível global".

No caminho para 2030, a FEFAC compromete-se a publicar anualmente relatórios de progresso da Carta de Sustentabilidade dos Alimentos para Animais, com base em "indicadores robustos de sustentabilidade do setor". O objetivo é "medir a forma como os seus membros estão a implementar ações, específicas e com impacto, na cadeia de fornecimento de alimentos".

Um dos pontos altos do XXIX Congresso da FEFAC foi um debate entre Michael Scannell (Comissão Europeia), Pekka Pesonen (COPA/COGECA), Philippe Weiler (Lidl Bélgica), Preben Sunke (Danish Crown) e Jean-François Timmers (WWF) sobre o 'Green Deal' e as expectativas de mercado para a indústria da alimentação animal e pecuária europeias. Foi moderado pela jornalista Rose O'Donovan, da Agrafacts.

Estratégia 'Do Prado ao Prado' é vital

O presidente do BFA, Dirk van Thienen, afirmou no lançamento do evento

que «Queremos contribuir para o importante debate público sobre a sustentabilidade dos alimentos para animais, também no espaço digital, fornecendo soluções significativas para o desenvolvimento sustentável do setor pecuário europeu». E mostrou-se "extremamente orgulhoso" por receber "um painel de especialistas de alto nível" no congresso.

Na antevésio do lançamento da Carta de Sustentabilidade dos Alimentos para Animais, Jaime Piçarra, secretário-Geral da IACA e coordenador dos assuntos de Política Agrícola da FEFAC, foi taxativo: "Este é um momento muito importante no que respeita à congregação de esforços deste setor em prol da sustentabilidade e dos desafios colocados pela reforma da PAC".

Também Romão Braz, presidente da IACA e membro do Conselho de Administração da FEFAC, acrescentou dizendo que "o facto de estarmos a realizar esta iniciativa demonstra o nosso compromisso proativo com os objetivos da reforma da PAC e das metas da estratégia 'Do Prado ao Prado'". Para Romão Braz a implementação dessa estratégia europeia "é vital, face às preocupações da sociedade, mostrando que somos parte da solução".

Alimentação animal e sustentabilidade: somos parte da solução



JAIME PIÇARRA
Secretário-Geral da IACA - Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais e coordenador dos assuntos de política agrícola da FEFAC

Olhando para o passado recente, conseguimos perceber o que temos de fazer no curto e médio prazo. Se já sabíamos a importância da cooperação, da inovação e da investigação e desenvolvimento para o nosso futuro coletivo, a pandemia Covid-19 demonstra-nos que só podemos resistir, enquanto espécie e sociedade, se trabalharmos em conjunto.

É o que a Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais (IACA), tal como a sua Federação Europeia (FEFAC), têm vindo a defender e a implementar no que respeita à sustentabilidade, não só na componente ambiental, a mais mediática, mas, também, na económica e social. Porque só com empresas geradoras de emprego e riqueza podemos ser verdadeiramente sustentáveis.

afirmado, que não é a prática planeada da atividade pecuária que destrói a natureza e provoca doenças, como a Covid-19, facto que a DG SANTE, entidade europeia responsável pela política de saúde e segurança dos alimentos, já desmentiu, salientando os elevados níveis de biossegurança das explorações pecuárias na UE.

Por outro lado, a capacidade de adaptação do setor é não só cada vez mais promotora de um ambiente saudável e do desenvolvimento económico e social como um exemplo de resiliência e disponibilidade para trabalhar a favor de todos, sem ir contra ninguém.

Seguindo este princípio, no final de setembro, demos outro passo relevante em prol de um futuro sustentável: assinámos a Carta de Sustentabilidade da FEFAC 2030. São cinco grandes ambições - de entre as quais se destacam a de 'Contribuir para a neutralidade carbónica da produção animal através da alimentação animal e a de valorizar o ambiente sócio-económico e a resiliência dos setores pecuário e da aquicultura' - com 16 compromissos para cumprir até 2030.

"Não é a prática planeada da atividade pecuária que destrói a natureza e provoca doenças, como a Covid-19, facto que a DG SANTE já desmentiu. Por outro lado, a capacidade de adaptação do setor é, não só cada vez mais promotora de um ambiente saudável, como é um exemplo de resiliência e disponibilidade para trabalhar a favor de todos"

Federação das Associações de Suinicultores "não foi consultada" para a Estratégia dos Efluentes Agropecuários

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Foi com surpresa que a FPAS tomou conhecimento da apresentação pública, esta terça-feira, pelo secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Nuno Russo, e da secretária de Estado do Ambiente, Inês dos Santos Costa, da revisão da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI), uma vez que, durante este processo, não foi consultada".

A reação vem do vice-presidente da FPAS - Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores. Em declarações à "Vida Económica", David Neves lembra que "esta é uma estratégia cujo sucesso depende da cooperação entre a administração central, as autarquias e os agentes económicos". E assume, "da parte da produção", o compromisso, "desde a primeira hora", "sem reservas" com esta estratégia, "cujos princípios nos revemos".

A FPAS faz, porém, um aviso: "Precisamos que o poder político também assumira os seus compromissos, estabilizando um documento que não sofra alterações ao ritmo das legislaturas, fazendo de cada revisão um exercício meramente retórico".

A FPAS "saída" as secretarias de Estado da Agricultura e do Ambiente "pelo

esforço conjunto de procurarem soluções para um problema que os suinicultores procuram resolver há vários anos"

e colocam-se "desde já na posição de parceiros na concretização desta Estratégia".

A ENEAPAI foi apresentada esta semana pelo Governo, ciente que está da "reconhecida a importância económica

e social que as atividades agropecuárias e agroindustriais têm para o país e para muitas das suas regiões".

Apesar do "esforço desenvolvido por alguns destes setores nos últimos anos para fazerem face ao novo enquadramento legislativo, nacional e comunitário", os ministérios da Agricultura e do Ambiente dizem que "persistem ainda problemas ambientais em algumas das bacias hidrográficas de Portugal continental, que decorrem, entre outras razões, das más práticas associadas à gestão dos efluentes gerados por algumas destas atividades em determinadas regiões".

"Valorização agrícola de efluentes agropecuários"

A Estratégia "dá a primazia" à valorização agrícola de efluentes agropecuários e agroindustriais, que, no entanto, diz o Governo, "deve ser realizada de forma sustentável, para não contribuir para a alteração do estado das massas de água superficiais e subterrâneas".

Por outro lado, "é preciso ter ainda em consideração, a existência de solos agrícolas suficientes para esta solução bem como à distância economicamente sustentável do local onde são produzidos os efluentes". É que a utilização de efluentes pecuários na fertilização das culturas agrícolas "oferece vantagens

de índole agrónoma, ambiental e económica", para além de constituir "uma medida de implementação de políticas agrícolas e ambientais, nomeadamente as que promovem os princípios da economia circular".

Na apresentação feita em Leiria, Nuno Russo realçou que "a ENEAPAI 2030 potencia a contribuição positiva do setor agropecuário para a resolução da situação existente, e para o cumprimento do normativo ambiental, agrícola e de ordenamento do território". Também será privilegiado "o envolvimento e o compromisso dos intervenientes na concretização das medidas propostas, em particular no desenvolvimento de ações a nível regional e local".

A Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais "dá ênfase à urgência na resolução da situação ambiental, designadamente dos efluentes pecuários", que é um "problema sobejamente conhecido, e onde as partes interessadas, sem distinção, têm um papel e um contributo significativo e decisivo para a sua solução".

O governante reforçou ainda que a aplicação da ENEAPAI "só é possível com o genuíno envolvimento e compromisso de todos os intervenientes, sem exceção, produtores, Estado, autarquias, a partir de uma visão estratégica integrada, contribuindo para a competitividade do setor agropecuário".

META: melhoria da qualidade das MAg das regiões hidrográficas do continente e abrangendo o setor pecuário, em regime de produção intensivo, em particular as explorações pecuárias que ainda não dispõem de soluções que assegurem o cumprimento da legislação em vigor.

Cumprimento da legislação em vigor	Racional das soluções	Incentivos
Reforço dos instrumentos de acompanhamento, monitorização e fiscalização	Manutenção da responsabilidade da gestão dos EP na esfera dos produtores. Princípio do Poluidor-Pagador	Criação da estrutura nacional de acompanhamento da Estratégia
Concretização de sistemas de informação para a rastreabilidade dos EP (saber quem, quanto, onde se produz e destino final)	Primazia à valorização agrícola	Promoção de uma rede de investigação e desenvolvimento, formação e comunicação
Elaboração de mapas que integram zonas protegidas pela Lei da Água e em risco de se tornarem vulneráveis	Hierarquização das soluções de acordo com hierarquia definida na ENEAPAI	Incentivos para promoção de soluções, incluindo a solução pública
Revisão legislativa, incluindo a conclusão da revisão da Portaria de Gestão de EP do NREAP	Promoção da solução pública onde não haja possibilidade de concretização de outras soluções de encaminhamento dos EP	Contratos de adaptação ao normativo ambiental e agrónomico

Fonte: Ministério do Ambiente e Ação Climática.

